



Esta obra possui uma Licença

Submissão: 14/11/2021 | Aprovação: 08/04/2022

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/13624>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v16i27.13624>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 16 | N. 27 | Dez, 2022, pp. 205-215.



DA (RE)EXISTÊNCIA E LUGAR DE MEMÓRIA EM ANTES DO PASSADO, O SILÊNCIO QUE VEM DO ARAGUAIA.

FROM (RE)EXISTENCE AND PLACE OF MEMORY IN BEFORE THE PAST, THE SILENCE THAT COMES FROM ARAGUAIA.

Deurilene Sousa SILVA  

Universidade Federal do Pará (UFPA)¹

Resumo: O trabalho de rememoração e atualização do passado recente da história política brasileira, através da literatura de testemunho permite-nos o enfrentamento às violações aos direitos humanos a que foram submetidos presos políticos dissidentes do governo ditatorial do Brasil de 1964 - 1985. No uso de forças repressivas pelo exército brasileiro, com o intuito de eliminar e não deixar rastros dos opositores ao governo militar, tortura, mortes e desaparecidos sem paradeiro fazem parte desse capítulo negro e sem reparos. Deste modo, analisamos em *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia* (2012), a ausência como atualizadora de memória e ritualização memorial quando ativadas por afetividade. Os suportes teóricos utilizado neste artigo são os estudos sobre memória, de Aleida Assmann (2011); os pressupostos sobre história e memória, de Pierre Nora (1993); e as abordagens sobre rememoração, de Jeanne Marie Gagnebin (2014).

Palavras-chave: Memória. Testemunho. Lugar de Memória.

Abstract: *The work of remembering and updating the recent past of Brazilian political history, throughout the testimonial literature, allows us to face the violations of human rights to which political prisoner's dissidents of the dictatorial government of Brazil (1964-1985) were subjected. In the use of repressive forces by the Brazilian's army, with the aim of eliminating and not leaving any traces of opponents of the military government, torture, deaths and missing people without whereabouts are part of this dark and unrepaired chapter. In this way, we analyze, in *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia* (2012), the absence as a memory updater and memorial ritualization when activated by affectivity. The theoretical support used in this article are the studies on Memory, by Aleida Assmann (2011); *Studies on History and Memory*, by Pierre Nora (1993); and *studies on Remembrance*, by Jeanne Marie Gagnebin (2014).*

Keywords: *Memory. Testimony. Place of memory.*

¹ Mestra em Estudos Literários (PPGL/UFPA). Graduada em Letras-Português (UFPA) e Letras Espanhol (UNAMA). E-mail: deurilenesousa@gmail.com

INTRODUÇÃO

À ausência de um ente desaparecido prescinde a materialização, ainda que simbólica, do lugar memorial para atribuições de cultos ou homenagens a esse ser sem rosto, sem corpo, sem restos. Nas rememorações dessa existência são guardadas e preservadas as possibilidades da manutenção afetiva que concretizam e validam o existir de um corpo ausente. Cabe ao indivíduo que rememora tal ausência o prolongamento e permanente presença de um passado que se atualiza no presente, uma perpetuação memorialística que concretiza o existir de um ser ainda que aniquilado num determinado espaço e tempo.

Durante o estado de exceção brasileiro as liberdades individuais e coletivas foram cerceadas, configurando esse período de nossa política recente como o mais brutal e com graves violações aos direitos humanos. A atuação desastrosa de um estado repressor e autoritário deixou um legado de mortes, desaparecimentos e torturas das quais ainda irreparáveis, principalmente às vítimas diretas dessa máquina de aniquilamento. Aos familiares de militantes desaparecidos, ecoa o silenciamento assombroso, sem respostas às suas buscas e ao esclarecimento de como e onde localizar os restos mortais de seus entes.

Neste texto, analisamos a memória como atualizador da existência do passado, os dispositivos de rememoração, e ainda por transferência afetiva apontar um lugar de memória para ritualização memorialística.

Elegemos a narrativa *Antes do passado, o silêncio quem vem do Araguaia* (2012), de Liniane Haag Brum, que narra descritivamente os caminhos percorridos para encontrar vestígios da existência de seu tio Cilon Cunha Brum. Ativista político do Partido Comunista do Brasil, combatente na Guerrilha do Araguaia contra o governo ditatorial instaurado no Brasil nos anos de 1960. Assim como muitos outros dissidentes políticos desse período, tivera sua vida aniquilada pelo exército brasileiro e seus restos mortais ainda hoje sem paradeiro.

O referencial teórico-metodológico utilizado para a análise deste trabalho, consiste nos estudos sobre Teoria do testemunho, de Seligmann-Silva, sobre literatura de testemunho e de teor testemunhal como denúncia de barbáries cometidas contra sociedades; nas reflexões sobre Memória e História, de *Pierre Nora* (1993), que entende a memória como atualização do passado no presente imbuída da dialética da lembrança e do esquecimento; nas discussões sobre Recordação, de *Aleida Assmann* (2011), tratando sobre a memória dos locais e a atribuição de significados por transferência consciente

de afetividade; e ainda sobre Rememoração, das considerações de *Jeanne Marie Gagnebin* (2014), a partir de uma leitura de Walter Benjamin.

Verificamos ao final deste artigo a reelaboração da memória que atualiza no presente a existência de um ser desaparecido, assim como o lugar de memória que “imbuído de vontade” afetiva possibilita afirmar que *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia* seja o suporte físico e simbólico para ritualização memorial.

LITERATURA DE TESTEMUNHO

A literatura de testemunho ou de teor testemunhal muito tem contribuído para que haja maior aproximação entre a realidade e a ficção. Seligmann-Silva (2003), aponta que “o testemunho deve ser compreendido tanto no sentido jurídico e de testemunho histórico (...), como no sentido de ‘sobreviver’ a um evento-limite, radical, (...) um ‘atravessar’ a ‘morte’, que discute a relação entre a linguagem e o real”. Segundo ele, os estudos do testemunho partem da “aporia entre o lembrar e o esquecer e seus desdobramentos no debate entre a memória e a história”. Isto implica dizer que o testemunho se organiza sobremaneira dado o caráter excepcional de narrar um evento extremo, e ainda sobremaneira à “insuficiência” da linguagem em descrever o “inimaginável”.

Essas proposições de Seligmann-Silva debruçam sobre o que sustenta a literatura de testemunho, dentre elas o trauma vivido pelo ‘mártur’, cujo sentido do grego diz daquele que sobreviveu ou testemunha. O crítico sustenta uma abertura quanto ao conceito de testemunho, dado o teor testemunhal encontrado nas obras, em especial as do século XX, descrito como “era das catástrofes”. Reitera ainda que não somente “aquele que viveu um ‘martírio’ pode testemunhar”, já que o “real” em si é traumático. Na mesma proporção avalia a importância de pensar sobre a literatura de testemunho sob uma nova visão tanto da história quanto do fato histórico (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.48).

A historiografia aos moldes do século XIX acreditava ser capaz de “conhecer o passado tal como ele de fato ocorreu” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 60). No entanto, o pós-Shoah intensifica as questões acerca da história, e suas regras historiográficas mostram-se ainda mais lacunares quanto à apreensão desse passado indescritível.

Seligmann-Silva menciona ainda que, a partir de questionamentos de cunho “epistemológicos” frente às catástrofes do século XX, destacando “a Shoah, o genocídio dos tutsis (...), ou ainda de eventos como as ditaduras com as suas práticas de repressão através da tortura e do

‘desaparecimento’ (SELIGMANN-SILVA, 2003, pp. 60-65), historiadores já expressavam a necessidade de uma “nova ética e estética historiográfica”, destacando que para Walter Benjamin era notório não haver a possibilidade de “uma apropriação integral do passado”, somente fosse possível através de “uma redenção política e messiânica da História” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.64). Após a Segunda Guerra, a forma de registrar o passado e sua “representação” adquire outro formato. Deste modo, a história linear sob conceito iluminista/progressista deixa de fazer sentido.

Ainda das postulações Benjaminianas sobre a história, para ele o passado é tomado pela história como “coisa sua”, mas reflete sobre a existência de “um mistério” que o passado traz consigo e que nos impele a ir ao “encontro marcado entre as gerações precedentes e a nossa” (Benjamin, 1995, p.223). O testemunho segue a trilha de recontar o passado a partir das recordações catastróficas assimiladas por cada indivíduo, ao mesmo tempo, que o presente assume a força resistente da denúncia ecoando o “apelo” dos que tombaram no passado.

Seligmann-Silva (2003) destaca ainda sobre a forma encontrada para solucionar o impacto negativo, nas pessoas, diante dos primeiros documentários e imagens reais do genocídio nos *lager*. Segundo o crítico, através da estética foi possível ir “em busca da voz correta”. Ele destaca o relato de Ahoron Appelfed, judeu Bucovina, sobre a “inimagibilidade” das atrocidades cometidas sob comando do Estado Hitlerista: “tudo o que ocorreu foi tão gigantesco, tão inconcebível, que a própria testemunha se via como uma inventora” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.57). Deste modo, enfatiza ainda que a Memória da Shoah, assim como a literatura de testemunho permitem a desconstrução da historiografia tradicional. E que a “leitura estética do passado”, possibilita o “despertar para realidade da morte” (SELIGMANN-SILVA, 2003, pp. 57-58).

Neste sentido, a literatura de testemunho dirige seu olhar para a intrínseca relação entre o evento traumático, a morte e memória. Cabe a ela a denúncia das atrocidades e barbáries cometidas contra sociedades que através da ficcionalização, traspassada das verossimilhanças nos remetem a um passado sem acertos de contas com os sem rostos e sem vozes. Ao mesmo tempo, rememora a existência temporal e memorial daqueles que por ideais de liberdade sonharam e deram suas vidas em função de uma sociedade livre e democrática.

DO ARAGUAIA ECOAM DENÚNCIAS

Tio Cilon me acompanhou sempre. Era alto, magro, cabelo preto e liso, repartido ao lado. Tão bonito. Meu padrinho era lindo. Pena que quando eu nasci ele desapareceu. (BRUM, 2012, p.19)

A narrativa *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia* (2012) contextualiza o período histórico e político mais devastador da sociedade brasileira. Governado por um regime autoritário, amplamente violento e repressivo, o Brasil deixou um legado de vinte e um anos de perseguições, torturas, e aviltamento às liberdades civis e institucionais. O saldo desastroso desse cerceamento à liberdade política foram assassinatos, mortes e desaparecimentos.

Após a instauração do Atos Institucionais a partir de 1964, tem-se a completa ruptura do Estado brasileiro que se negou obediente à Carta Magna em vigor. O firme propósito de governar o país sob o jugo da força e com o uso do aparelhamento estatal, conduziu o país a uma “ditadura soberana” como bem enfatiza Agamben, em que as liberdades democráticas foram violadas e sufocadas por um regime de repressão e fortemente perseguidor.

Nas matas do Araguaia, assim como em outras partes do Brasil, é implementado o ideário de resistência contra o governo militar, onde homens e mulheres que lutaram por ideais comunistas e socialistas deram suas vidas para que o país pudesse ser livre e democrático. Embora não se tenha registro do envolvimento direto de camponeses com a guerrilha, os jovens que lá estiveram sonharam uma revolução com a ajuda do campesinato araguaio, e inscreveram seus nomes na história de vida do povo daquela região tão distante dos centros de poder, bem como relegada ao esquecimento do desenvolvimento social. Desta forma, atuaram nessa região como médicos e professores.

Esse capítulo da Guerrilha do Araguaia, assustadoramente silenciado, é descrito pelo professor italiano Roberto Vecchi como “o acontecimento espectral da história da ditadura”. Para ele, o Araguaia pode ser entendido como “a brecha que deixa entrever o rosto do horror do regime, em que a produção da tanatopolítica que se articulou pela morte, a destruição e o ocultamento do corpo do inimigo é fruto de uma deliberada racionalidade” (VECCHI, Roberto, apud FIGUEIREDO, Eurídice, 2017, p. 90).

Nos “porões da ditadura” o histórico de torturas físicas e psicológicas marcaram de forma clara e objetiva a intencionalidade do governo militar de eliminar os chamados “subversivos”. Contudo, no Araguaia a potencialização da barbárie se configura na mais brutal e desumana varredura de vestígios dos que lá foram presos, mortos, decapitados ou sem paradeiro. Prática nazista de aniquilamento do ser, de um povo, de uma cultura, da identidade, e que em nosso caso, representou também o sufocamento de um ideário de liberdade política.

O cerco sobre a ação dos militantes do PC do B na Guerrilha do Araguaia, através do Exército e da Aeronáutica, foi realizado em três investidas com o propósito de dissolver esse foco de resistência até a completa eliminação da guerrilha. Resultante da primeira campanha dos militares,

12 guerrilheiros foram mortos, 8 em confronto e 4 assassinados, outros 7 foram presos e torturados, dentre eles José Genoíno, quem no futuro viria a se tornar o presidente do Partido dos Trabalhadores.

Das táticas de guerra utilizadas no Araguaia, bombas incendiárias de napalm foram usadas para abertura de clareiras na mata, a prisão, tortura, assassinatos e desaparecimentos de camponeses usados como informantes. A prática de varredura e eliminação de presos intensificou-se a partir da segunda campanha militar em que o Exército brasileiro não mais utilizava o aprisionamento, e sim a execução de todos os camponeses e militantes que eram capturados. Ao final da terceira campanha, dos cerca de 82 militantes do PC do B que compuseram a Guerrilha do Araguaia, pelo menos 67 deles foram executados.

Passados dois anos do extermínio da Guerrilha do Araguaia em 1975, o Estado militar admitiu a existência desse foco de resistência. Em depoimento à Comissão de Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, o então coronel Pedro Cabral, admitiu o Exército brasileiro saber da guerrilha e de que havia ordens para acabar com o movimento. De acordo com as declarações do coronel: “eram ordens de Brasília (...) que não ficasse ninguém vivo. É estarrecedor, é forte, é triste, mas essa era a ordem”. O oficial afirmou ainda que o objetivo das campanhas no Araguaia, era de “que não se deixassem vestígios de que o conflito do Araguaia algum dia tivesse existido”².

Ao peso do extermínio do Araguaia, sobrou a ocultação de cadáveres e a remoção de restos mortais de um lugar para outro que dificultam o trabalho de localização e identificação dos desaparecidos. Dentre as mais indignas formas de torturas aplicadas contra a chamada rebelião subversiva, o aniquilamento, se configura o mais atroz por não ser possível a elaboração da morte e seus rituais fúnebres. As famílias que não receberam os restos de seus familiares vivem o “luto em aberto”.

MEMÓRIA E LUGAR DE MEMÓRIA

Assim como a história passa a ser repensada após Auschwitz, a memória tem seus reflexos evidenciados nos testemunhos dos sobreviventes da Shoah. Primo Levi descreve o *lager* “como a guerra contra a memória, (...) falsificação da realidade, negação da realidade” (Apud SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 52). Essa descrição em decorrência da incredulidade em torno das primeiras notícias dos “absurdos” que eram cometidos nos “campos de concentração”.

² Pedro Cabral apud Memorial da Democracia - <http://memorialdademocracia.com.br/card/guerrilha-do-araguaia-combate-em-silencio>. Acesso: 06/12/2022.

Seligmann-Silva afirma que Auschwitz “pode ser compreendido como uma das maiores tentativas de ‘memoricídio’ da história” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.51), pela tentativa de completo apagamento dos “traços” do terror, e com esse intento, a negação de ter havido catástrofe de proporção imensurável. Neste sentido, ele afirma que para os que sobreviveram e às gerações pós Shoah, foi legado uma “ádua tarefa” de enlutamento e rememoração aos mortos. Ambígua empreitada que tende a colocar a testemunha em posição de “constante confronto com a catástrofe, com a ferida aberta” pelo trauma sofrido, e ainda tendo em vista “um consolo nunca totalmente alcançado” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.52).

A memória, portanto, exerce importante contribuição na (re)construção da história vivida. Por ser “vida”, como pontua Pierre Nora, “está sempre carregada por grupos vivos, e (...) em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Para o historiador, ela é sujeita a longos períodos de “latência e de repentinas revitalizações”, o que faz sentido nos *Yizkor Bikher* quando são percebidos elevados “registros de memória”, de modo “fragmentário”, porém baseados na “experiência individual ou coletiva” e sem a pretensão de registro total do passado (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 65).

Os *Yizkor Bikher* são livros que guardam a memória do povo judeu. Cada livro corresponde à vida de algum representante religioso, algum feito heroico, e serve para a preservação da memória social, cultural e religiosa da comunidade judaica representada. Após a Shoah, esses livros memoriais passaram a ser escritos como repositórios da história de vida dos judeus dizimados nos campos de concentração.

Na rememoração aos mortos, sejam os da Shoah, sejam os de regimes autoritários como os impostos ao Brasil e ao Cone Sul – longe de estabelecer qualquer tipo de comparação entre esses dois eventos – cabe à memória a fundamental desconstrução prosaica da história, já que a história é dada ao universal, pertence a todos e a ninguém ao mesmo tempo.

Pierre Nora afirma que a memória é “um fenômeno sempre atual”. Ela se sustenta de “vagas lembranças” por ser “afetiva e mágica” e “não se acomoda a detalhes que a confortam”. Por outro lado, o seu enraizamento ocorre no evento catastrófico, “no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, p. 9). Traz à luz, flashes (re)constituidores do evento vivido atualizando-os no presente, mesmo com toda a impossibilidade do alcance da linguagem.

Ao *lugar de memória* (culto aos mortos) recai todos os esforços dele mesmo ser autor referente, “um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa” (BRUM, 2012, p. 27). Esse lugar imbuído de “vontade”, também se caracteriza por ser dado ao excesso, voltado para

si mesmo, para sua identidade e “sobre seu nome”. Como afirma Nora, aberto à vastidão de “suas significações”. Para o historiador, os *lugares de memória* “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, (...) porque essas operações não são naturais”.

Aleida Assmann por sua vez, a partir dos estudos sobre a mnemotécnica de Cícero e seu interesse pelo valor memorial dos locais, menciona que a “aura” conferida ao “local de memória” e por consequência seu “caráter consagrado”, não se aplica a todos os monumentos, “ainda que moldados por mãos hábeis”. Sobretudo, são eles os moldados por mãos humanas e pela “consciência das pessoas” enviando mensagens às futuras gerações sobre o conteúdo memorativo (ASMANN, 2011. p. 347).

Segunda a autora, Cícero após visitar Atenas como “pragmático mnemotécnico”, havia discorrido sobre *imagines et loci*, ou seja, a importância dos símbolos para a construção da memória. Para ele o empreendimento afetivo torna necessária a “fixação sustentável de imagens nocionais de lembrança”.

Das ideias de Cícero na antiguidade sobre o valor dos locais de memória, às postulações do historiador Pierre Nora, todas apontam para reflexões as quais contribuíram para que se estabelecesse essa atribuição de valor memorial aos locais. Contudo, mais relevante ainda é a diferença entre *memória dos locais* e *locais de memória*. Este adquire caráter memorialístico por meio de transferência e abstração, “longe do seu local concreto de origem”, enquanto aquele recebe “aura” memorialística na sua fixidez e estabelecimento concreto no espaço original.

Desse modo, rememorar a Guerrilha do Araguaia e os que lá foram protagonistas desse capítulo sangrento de nossa história política, permite-nos ainda que de maneira simbólica, ressignificar o trabalho memorialístico e ritual de dar voz aos que foram emudecidos na jornada de nossa construção social.

NO MEIO DE NÓS

Se tio Cilon nunca mais ia existir, por que continuava existindo além da carne, doendo além da dor – por que o sangue que não corria mais em suas veias continuava se coagulando nos veios da família?

E por quê – por quê? – eu não parava de procura-lo em todas as mínimas e absurdas coisas, mesmo quando era criança? (BRUM, 2012, p. 29).

A inquietação para saber sobre a história do desaparecimento do seu tio e padrinho, Cilon Cunha Brum, atravessa toda a narrativa *Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia* (2012). Liniane Haag Brum na tarefa de reconstruir o caminho percorrido por Cilon, remonta a história de tantos outros presos políticos que não tiveram seus restos devolvidos aos seus familiares. Trata-se sobremaneira de uma narrativa entrecortada por teor investigativo, levantamento de fatos, reportagens, relatos, cartas e documentos relacionados à sua procura.

Na narrativa, o anseio de encontrar vestígios da existência de Cilon esbarra num primeiro momento, no espaço familiar. A mãe que aguarda em uma espera indeterminada no tempo, e o silêncio do pai que se recusa mencionar o nome do filho sem destino. A dor dessa ausência se configura no não-dito, no não dizível, e que torna densa e carregada de afetividades latentes na atmosfera doméstica em torno da desfiguração de Cilon Brum.

O segundo momento dessa busca é apresentado através da forma fragmentária do texto. Os relatos são carregados de recordações e lembranças pessoais, os quais a autora/narradora necessita ir montando uma espécie de quebra-cabeças de memórias. A percepção evidente de que nos relatos coletados não há uma linearidade narrativa, acentua também os espaços do não falado, ora pelo esquecimento ora pelo medo de tocar no assunto da Guerrilha.

Os vestígios de Cilon Brum, buscados no Araguaia, eram os traços existenciais que o descreviam tal como era lembrado pela família e demais pessoas que o conheceram antes de seu desaparecimento. Seus gestos, trejeitos, a forma de menear o cabelo liso, o riso tímido, o andar desajeitado, o gosto por alguma música, ou por um copo de café com leite. O que se percebe é que nos relatos a figura espectral que poderia ser reconstruída, esvaía-se numa constituição fantasmagórica, distante de ser elaborada a modo de satisfazer o anseio de sua busca.

O trabalho de memória, segundo Gagnebin

é inseparável de uma reflexão sobre a narração, bem como de uma história ficcional da própria vida, da História de uma época ou de um povo. E as formas de lembrar e de esquecer, como as de narrar, são meios fundamentais da construção da identidade, pessoal coletiva ou ficcional. (2014, p. 218)

Essa postulação retomada dos estudos benjaminianos, significa afirmar que “a memória, a história e a identidade não são conceitos imutáveis”, todavia podem ser descritos como “instâncias que sofrem mutações históricas”. A narrativa, ora em análise, permeada de esparsas descrições concretas que permitam uma nova fixação imagética de Cilon, por outro lado, reafirma a constituição identitária existente do mesmo.

Quando não são alcançados novos elementos descritivos à essa reelaboração memorial, entra em ação a narração emotiva. Um discurso afetivo que ritualiza a existência de Cilon num espaço real, mas que no presente investigativo torna-se factual, metafórico na sua condição de ter existido.

Segundo Gagnebin a memória permite retomar “uma imagem mais verdadeira e frágil, uma imagem involuntária ou inconsciente” (2014, p. 242), pois emerge no presente para ser retomada e reconhecida porque atualiza no mesmo presente os traços conhecidos de um passado. “(...) Foi tão bom poder recordar o Tio Cilon desse modo. Por isso trouxe, para compartilhar com a senhora, esses traços tão conhecidos seus e perdidos no doer”. (BRUM, 2014, p. 57)

Dentro da narrativa, há uma atribuição de vontade voluntária e afetiva que emana a materialidade da existência de Cilon Brum. Enquanto ser que em vida ocupou um espaço temporal, o texto é permeado das características existenciais que conferem esse existir num determinado espaço e tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

214

Antes do passado, o silêncio que vem do Araguaia também assume a dimensão de local de memória por transferência afetiva. Para Assmann (2011 p. 347), esse espaço de realização memorial somente “adquiri esse caráter consagrado pelo trabalho hábil de serem moldados pelas mãos humanas e pela consciência das pessoas”. O próprio texto faz ecoar essa voz buscada, esperada, não dita, silenciada. Nas cartas, nos relatos, nas interlocuções truncadas, nos documentos, nas fotos e demais elementos que rastreiam esses vestígios de Cilon Brum, lançam para o futuro “um conteúdo memorativo”. Ao mesmo tempo que ritualiza sua morte, já que não há restos mortais em local fixo, no chão.

Compreendemos que a atribuição consciente de “vontade” e a rememoração do passado na narrativa de Liniane, possibilitam a ritualização memorial simbólica do desaparecido político Cilon Brum. Essa voz impedida de dizer sobre sua existência, encontra nos estudos da memória a atribuição afetiva e consciente que indicam a própria narrativa o local de tributo através deste suporte de papel. Do mesmo modo, verificamos que através dos estudos da memória e da rememoração de um passado histórico, aplicados à outras narrativas de teor testemunhal, seja possível identificar outros lugares memoriais.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução Paulo Soethe. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: v. 10, JUL./DEZ. HISTÓRIA E CULTURA. Tradução: Yara Aun Houry, 1993.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). **História, memória, literatura**. O testemunho na era das catástrofes. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Guerrilha do Araguaia combate em silêncio**. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/guerrilha-do-araguaia-combate-em-silencio>